

I CONACSO

Congresso Nacional de Ciências Sociais: Desafios da Inserção em contextos contemporâneos

23 a 25 de Setembro de 2015

Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, Vitória- ES.

Cultura política local e participação: O CMDRS da cidade de Viçosa – MG

Nara Lima Mascarenhas Barbosa

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão acerca de questões que envolvam a representação, a participação, a deliberação pública e a cultura política local, através da análise da participação no Conselho Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS da cidade de Viçosa-MG. Tendo em vista que o sistema de participação política brasileiro tem sido marcado pelo aumento das “Instituições participativas”, como os Conselhos municipais, torna-se fundamental compreender em que medida se dá esse processo de participação neste contexto. Nesse sentido, este trabalho se reporta a investigar em que medida as concepções sobre a política, sobre a prática política se relacionam com as formas de participação, por meio de uma etnografia.

Palavras chaves: Participação- Cultura- Política.

Introdução

Como se sabe, o processo de redemocratização brasileira teve como principal característica a incorporação de novos atores ao processo de decisão acerca das políticas públicas (CUNHA, 2007). De acordo com Avritzer (2007), o sistema de participação política do país tem sido marcado por dois fenômenos: o aumento da participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e a ampliação das instituições participativas. Tendo em vista tais fatores, torna-se necessário entender como esse processo de participação tem se efetivado.

Nesse sentido, o principal objetivo dessa pesquisa consiste em verificar a relação entre cultura política local e deliberação pública, através da análise da participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de Viçosa-MG.

Tendo em vista os objetivos propostos, a metodologia desta pesquisa se reporta a realização de uma etnografia das relações entre os participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –CMDRS, da cidade de Viçosa-MG, para compreender como se dá o processo de participação no âmbito das práticas deliberativas.

Os pressupostos que nortearam essa proposta se fundam na ideia de que a efetividade da participação, em espaços deliberativos, estão para além do ideal de razão comunicativa. Uma vez que o conceito de participação centrado na comunicação racional, como é proposto por Jürgen Habermas, não considera as dimensões subjetivas que envolvem as concepções e os sentidos que os indivíduos dão as suas práticas políticas. Além disso, esse conceito de participação não reconhece as relações anteriormente estabelecidas e nem mesmo as relações que são formadas durante os momentos de socialização entre os membros de um espaço de tomada de decisão.

Acredita-se, portanto, que *“a análise de um problema público ou de uma ação política não está desligada das estruturas de proximidade do mundo vivido”* (CEFAÏ, 2004, p.10). Desse modo, a configuração da coisa pública não se dá por meio de argumentos racionais legitimamente validados em um espaço público. Essa configuração só se torna possível por meio da interação entre as pessoas. Assim, as ações da política se ocorrem no cotidiano, na esfera da sociabilidade, do próximo e do familiar (CEFAÏ, 2004; PALMEIRA&HEREDIA, 2010).

Assim, acredita-se também que diversos fatores podem determinar a efetividade deliberativa como a trajetória da Instituição, bem como a dos atores envolvidos, as especificidades locais, as concepções que orientam as práticas políticas, entre outros.

Diante disso, toma-se a hipótese de que a cultura política aqui entendida como: um conjunto de representações, convicções, orientações, valores, regras

e estilos de comportamento, ou seja, como um conjunto de crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, colocando em evidência as regras e os pressupostos que se desenvolvem no âmbito das relações políticas e governativas (KUSCHNIR e CARNEIRO;1999; CRESPI,1997), relaciona-se, em alguma medida, com as formas de participação em processos deliberativos.

Se faz necessário dizer que o uso do conceito de cultura política pensado nesse sentido tem por finalidade relacionar objetos e conceitos da antropologia e ciência política. Uma vez que, os estudos antropológicos e políticos partilham muitos objetos, o que pode ser profícuo para ambas tradições da pesquisa social. Assim, é preciso valorizar o rendimento de análises que pressupõe maior complexidade da vida social, não deixando de lado a dimensão subjetiva, tanto na antropologia quanto na ciência política (KUSCHNIR&CARNEIRO;1999). Dessa forma, lançar mão de tal conceito possibilita a compreensão do modo como os atores envolvidos no processo deliberativo interpretam, elaboram e vivenciam as instituições participativas (KUSCHNIR & CARNEIRO,1999; AVRITZER,2007).

É importante salientar que o emprego desse conceito acrescido do termo “*local*”, reserva-se, justamente, para pensar a existência de uma cultura política constituída em um determinado espaço, que possui especificidades e características que lhe são próprias. Assim, no caso dessa pesquisa, a noção de “*cultura política local*” abrange as particularidades da cidade de Viçosa-MG, mais precisamente ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS.

A opção por analisar esse conselho se dá, em primeiro lugar, pelo fato de haverem poucos estudos sobre a participação, bem como sobre a efetividade deliberativa em conselhos voltados para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Estudos sobre este tema, geralmente, tem como foco os conselhos de saúde, planejamento urbano e assistência social.

Em segundo lugar, considerando-se que a noção sobre o *desenvolvimento rural*, assim como a ideia de *sustentabilidade* envolve sentidos e significados diversos, torna-se essencial identificar quais são os

sentidos atribuídos à essas noções pelos membros do conselho. Uma vez que tais concepções são determinantes, não apenas para a elaboração das políticas públicas voltadas para o meio rural, mas também para a compreensão das perspectivas dos atores no que se refere as especificidades de suas demandas. Observa-se que tais noções podem influenciar significativamente no processo participativo.

Por fim, percebe-se que existem poucos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável funcionando ativamente. Nas cidades pertencentes à microrregião de viçosa eles são praticamente inexistentes. Pode-se assim dizer que o CMDRS de viçosa é praticamente o único que se mantém ativo na região. Acredita-se que esta singularidade é fruto do contexto e também das especificidades que o englobam, principalmente no que se refere a presença da Universidade Federal de Viçosa.

Sendo assim, tendo em vista tais fatores, primeiramente falarei sobre o debate acerca da democracia deliberativa, bem como da participação no âmbito das novas Instituições Participativas. Em seguida, versarei sobre a criação dos conselhos voltados para o desenvolvimento rural sustentável. Neste ponto, buscarei apresentar as noções que envolvem a ideia de “Rural”, bem como de “Desenvolvimento Rural Sustentável”. Por fim, apresentarei algumas percepções sobre as dinâmicas do CMDRS de Viçosa.

1. Democracia deliberativa e participação: os conselhos gestores de políticas públicas

O processo de ampliação da participação da sociedade civil na formulação das Políticas Públicas, levou a constituição de formatos Institucionais híbridos, ou seja, de Instituições que combinam participação e representação (AVRITZER,2007). Uma vez que são caracterizadas pela presença de representantes da sociedade civil e de representantes de órgão pertencentes ao Estado. Entre essas instituições de caráter híbrido e de natureza deliberativa, encontram-se os conselhos gestores de políticas públicas (AVRITZER,2007; CUNHA,2007). Assim, tais instituições podem ser definidas como:

[..] estruturas institucionais permanentes, criadas por meio de legislações específicas, nos três níveis de governo, sendo vinculadas as estruturas administrativas do estado, são compostas por representantes de organizações da sociedade civil e do governo. Para além da participação prevista na constituição, as leis que regem essa participação estabelecem que os conselhos tivessem natureza deliberativa, ou seja, deveriam decidir os parâmetros das políticas públicas com a qual estão relacionadas, e controlar a ação do Estado. (CUNHA, 2007.p: 136).

Nesse sentido, os conselhos de políticas públicas são entendidos como espaços públicos vinculados ao Poder Executivo, que têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição da agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas.

Sobre isso, vale a pena dizer que com a ampliação do processo participativo, advindo da implementação de novas Instituições Participativas, houve também um aumento da representação, bem como o surgimento de novas formas representativas. Uma vez que, essas novas Instituições Participativas combinam participação e representação, sendo, por isso, consideradas Instituições híbridas (AVRITZER, 2007).

Para Avritzer (2007), tanto os atores sociais passam a se tornar representantes, quanto as próprias Instituições começaram a legitimar de alguma forma, essa representação da sociedade civil. Pois, sendo a representação civil diferente da representação parlamentar, ela não necessita de uma igualdade matemática entre os atores que dão origem a representação, assim, a representação civil é pluralista. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, tal representação, mesmo quando coincide com um território determinado, em uma estrutura de conselho ela também se superpõe a outras formas sem apresentar autorização e/ monopólio para o exercício da soberania, constituindo- se, assim, em um modelo de representação por afinidade (AVRITZER, 2007).

Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato dessas Instituições Participativas, como o conselho analisado, possuírem três dimensões: deliberativa, participativa e representativa. Como foi dito anteriormente, os conselhos possuem uma natureza deliberativa. É por meio da efetividade do

processo deliberativo que estão asseguradas as demais dimensões, ou seja, a participação e a representação estão fundamentadas na efetividade da deliberação. Desse modo, torna-se essencial verificar a efetividade de seu funcionamento, principalmente no que se refere ao processo deliberativo (CUNHA, 2007).

Para Young (2001), o modelo deliberativo deriva tradicionalmente de contextos, institucionais específicos do ocidente moderno, sendo elitistas e exclusivistas, uma vez que são dominadas pelo sexo masculino, por brancos e por classes privilegiadas. Dessa forma, as normas de deliberação marcadas pela racionalidade comunicativa, como proposta por Habermas, operariam como formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de alguns. Assim, a autora aponta a vertente competitiva desse tipo de comunicação e chama a atenção para as desigualdades de fala principalmente no que se refere às mulheres que, devido a sua condição de subalternidade.

Young (2001), também argumenta que isolar o poder político e econômico não é suficiente para que haja igualdade entre os interlocutores. Uma vez que, tais pressupostos não levam em consideração o fato de que as desigualdades não derivam apenas da dependência econômica e da dominação política, mas de um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros (YOUNG, 2011).

Partindo dessa crítica, Young propõe uma teoria ampliada da democracia comunicativa, no lugar de deliberativa, para indicar a atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa em que os indivíduos objetivam chegar a um entendimento, levando em consideração as dimensões culturais que envolvem o processo comunicativo. Sendo assim, a argumentação poderia ser expressa de diferentes formas combinada com outros modos de comunicação que ajudariam a estabelecer e a manter a pluralidade do diálogo, como: a Saudação, a retórica e a narração.

Sendo que a Saudação seria uma condição de motivação para o diálogo, visando atingir o entendimento e o reconhecimento das outras partes envolvidas no diálogo. A Retórica, por sua vez, anunciaria o caráter situacional

da comunicação, ou seja, consistiria na construção do processo discursivo. Já a Narração tenderia a promover o entendimento por meio da exposição de experiências particulares, exibindo experiências subjetivas a outros sujeitos.

Tendo em vista esse modelo ampliado de comunicação trabalharemos com a concepção de arena pública. Uma vez que tal conceito considera as disputas e as desigualdades de posição. Desse modo, esse conceito pode ser entendido como:

Um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns. Ela se refere a um espaço “local”. Um projeto de desenvolvimento é uma arena[...] Arena possui um conteúdo mais descritivo e mais forte do que campo (olivier de sardan, 1995:178-179 apud em CARNEIRO,2012).

Assim, uma arena se caracteriza como lugar de confronto entre grupos, atores estratégicos, heterogêneos movidos por interesses (materiais e simbólicos), atores esses dotados de poderes relacionais distribuídos de forma desigual. Tal conceito é essencial para dar conta das relações de poder privilegiando a análise dos atores em interação, uma vez que esta possui uma natureza interacionista que toma um espaço social em um tipo mais imediato os atores tem um tipo de consciência das disputas que se desenvolvem em seu interior (CEFAI, 2004).

2.Instituições participativas e a ideia de “desenvolvimento rural sustentável”

Os conceitos “Rural” e “urbano”, adquirem diversos sentidos e significados, principalmente por serem essenciais para o planejamento territorial em diversas escalas e para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões (BIAZZO,2008).

No Brasil o “rural” foi, por muito tempo, visto como parte de um problema histórico: O binarismo “atraso” versus “moderno”. Onde o meio rural era a expressão do atraso, tido como o “espaço da produção” e também da reprodução de estruturas arcaicas presentes no latifúndio, na monocultura na mão de obra barata e no trabalho degradante de caráter semi- escravista. O

moderno, por sua vez, era sinônimo de urbanização. Assim, a estrutura “arcaica” do campo era vista como o maior entrave ao desenvolvimento.

Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento do país tinham por objetivo superar esse binarismo através da modernização do campo (MEDEIROS, QUINTANS & ZIMMERMANN, 2014; BIELSCHOWSKY, 2000). Vale a pena lembrar que uma das mais famosas estratégias de cunho desenvolvimentista foi proposta pelo partido comunista brasileiro-PCB em 1940, conhecida como Programa Nacional Desenvolvimentista. Os membros do PCB acreditavam que para se chegar ao socialismo, era preciso modernizar o Brasil. Dessa forma, esse espaço deveria ser modernizado (através de uma industrialização planejada) contrariando, assim, os principais interessados nesse arcaísmo, ou seja, as oligarquias agrárias e o imperialismo capitalista dos países centrais. (BIELSCHOWSKY;2000). É importante também ressaltar que, algumas décadas posteriores, a política brasileira, após 1964, toma por base esse programa, com o objetivo de implementar suas estratégias de desenvolvimento e de modernização do país.

Contudo, houve uma significativa mudança no modo de se pensar o “Rural”. Pode-se dizer que, nas últimas décadas, este deixou de ser sinônimo de atraso, dando-se início a uma progressiva valorização de suas especificidades e também um expressivo reconhecimento de suas demandas (MEDEIROS, QUINTANS & ZIMMERMANN,2014).

Desde o final de 1970 a multiplicação dos conflitos por terra, lutas por melhores preços para produtos agrícolas, por direitos previdenciários e pelo reconhecimento de grupos específicos revelaram facetas de um rural até então desconhecido: sem terra, seringueiros, atingidos por barragens, pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, entre outros vieram a cena pública, mostraram-se como atores que recusavam efeitos perversos do processo de modernização da agricultura sobre seus modos de vida e trouxeram demandas que em conjunto com suas especificidades abriram possibilidades de afirmação de outra concepção do rural.(MEDEIROS, QUINTANS & ZIMMERMANN,2014: 118).

É nesse contexto que passam a emergir novas políticas voltadas para o meio rural, mais precisamente para o “desenvolvimento rural”. Assim, ainda de acordo com Medeiros, Quintans & Zimmermann (2014), percebe-se que:

No final de 80 começou a ser verbalizado um novo modelo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, refletindo o protagonismo político dessa categoria bastante diversificada internamente reivindicando pontuais ligações a condições de produção (terra, crédito diferenciada assistência técnica) se inseriram numa nova articulação de atores que colocava-se em questão o modelo hegemônico. (MEDEIROS, QUINTANS & ZIMMERMANN, 2014: 118).

Segundo Navarro (2001):

O conceito de desenvolvimento rural trata-se de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural. Entretanto tal conceito se altera ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais. Ainda de acordo com esse autor a noção de Desenvolvimento rural acrescida à ideia de sustentabilidade refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais” Embora certamente seja possível adicionar outros significados à noção de sustentabilidade (por exemplo, sustentabilidade política, social ou institucional, entre outras possibilidades...) (NAVARRO, 2001: 91/92).

Nesse sentido, tendo por orientação a ideia de desenvolvimento rural, foi criado, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – linha de crédito para agricultores familiares. Através da criação desse programa institui-se a exigência de elaboração, pelos municípios, dos planos de desenvolvimento rural, que deveriam ser aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS). Assim, foi a partir da criação e das exigências do PRONAF que surgiram os conselhos gestores de políticas públicas voltados para o desenvolvimento rural. Em 1999

é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que é reestruturado em 2003, passando a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF), a partir do decreto presidencial nº 4.854 de 8 de outubro de 2003. O campo de atuação do CONDRAF direciona-se no sentido de inserir os atores sociais rurais na gestão das políticas públicas e no planejamento para o desenvolvimento rural do país, por meio de três pilares: desenvolvimento rural sustentável; reforma agrária; e agricultura familiar (IPEA,2012).

3.O contexto da pesquisa: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa (CMDRS), tem sede no escritório local da Empresa de Extensão Rural e Assistência técnica- EMATER, que fica localizada na Vila Gianetti, no campus universitário. O CMDRS de viçosa é o órgão gestor do desenvolvimento rural sustentável. Criado pela lei municipal nº 1.591/2004, de 16 de junho de 2004, e reformulado, respectivamente, pelas leis, nº 2.081 de 18 de novembro de 2010 e pela nº 2.137/2011 de 16 de maio de 2011.

Este órgão tem função consultiva e deliberativa no que se refere as políticas públicas ou programas de desenvolvimento rural em implementação. No que diz respeito à sua representação, o CMDRS de Viçosa possui representantes de entidades da sociedade civil que estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar; de órgãos do poder público municipal, organizações não governamentais e entidades representativas dos agricultores familiares e de trabalhadores assalariados rurais.

Dessa forma, o CMDRS conta com um total de 27 membros, sendo 11 representantes das Instituições governamentais e 16 representantes das comunidades rurais. É importante dizer que a representação das comunidades no conselho estão divididas por setores. Conforme podemos ver na tabela 1.

Composição dos setores rurais de viçosa

Setores	Comunidades rurais
Córrego fundo	Córrego fundo, Silêncio, Divera, Pedreira, Pedra Redonda
Buieié	Zig-zag, Estação Velha, Buieié, Violeira, Santa Teresa
São José do triunfo	Cascalho, São José do Triunfo, Cachoeirinha, Córrego dos Casseiros
Juquinha de Paula	Juquinha de Paula, Córrego São Francisco, Córrego Mariano, Córrego Machado
Arrudas	Pau de Cedro, Gentil, Estiva, Córrego são João, Ponte do Turvo, Poca, Zubá, Cana Miúda, Arruda, Portugueses, Coura, Vista Alegre
Piúna	Piúna, Pião, Duas Barras, Itaguaçu de cima, Itaguaçu de baixo, Lemes
Paula	Paula, Santiago e Macena
Nobres	Nobres, Córrego da onça, Coelho e Colônia Vaz de Melo
Palmital	Palmital e Córrego do Engenho
Paíol	Paíol, Sumidouro, Varginha, Córrego Seco e Bragança
Cristais	Cristais de cima, Cristais de baixo, Fazenda Dom Bosco, Bom Sucesso, Canela e Sapé
Retiro	Mãe Túnica, Retiro, Mãenarte

Fonte: PMDRS.

4. A dinâmica do conselho: Algumas percepções preliminares

Observou-se, ao longo da pesquisa, que os membros das comunidades rurais apresentam um forte poder de voz, opinando sobre as deliberações propostas. Entretanto, suas intervenções se dão, frequentemente, através do repasse de informes (recados sobre eventos, festas que irão acontecer nas comunidades, entre outros) e de demandas das comunidades, principalmente no que se refere a assistência técnica e a manutenção das estradas rurais. Trazem também demandas referentes à saúde, lazer, educação e transporte. Dentre essas demandas estão: a fiscalização do bolsa família, a melhoria do atendimento nos PSF, mais horários de ônibus, etc.

Outro fator importante, diz respeito ao fato de apenas membros do segmento da agricultura familiar poderem presidir o conselho. Assim, tanto o

presidente, como o vice-presidente devem ser representantes das comunidades rurais. Tal fator se mostra interessante, uma vez que na maioria das vezes são os gestores, ou membros da prefeitura que assumem essa função. Foi possível também identificar nos discursos dos agricultores, que estes acreditam na proposta do conselho, por este ser um conselho forte e atuante. Percebe-se que tal concepção é, em parte atribuída a presença das instituições UFV e EMATER.

Desse modo, observa-se que tais instituições exercem um poder simbólico sobre as concepções dos agricultores acerca do CMDRS. Uma vez que, a EMATER é órgão de importante referência no que tange ao desenvolvimento rural e a UFV por se tratar de uma Instituição de Ensino Superior de forte tradição na áreas de ciências agrárias.

De acordo com Fuks & Perissinotto (2006), a verificação do nível de Poder e de decisão de grupos no processo deliberativo se dá por meio da identificação de três indicadores: 1- Apresentação do tema (quem introduz o assunto, quem inicia o debate); 2- estabelecimento de interlocução (quem institui o debate), 3- encaminhamento de proposta sobre o tema em questão para a deliberação (quem encaminha).

Ainda de acordo com Fuks e Perissinotto (2006), os recursos de natureza institucional e o conhecimento técnico tem peso significativo na construção do processo decisório. Nesse caso, o fato da EMATER e da UFV assumirem, muitas vezes, a condução dos processos pode também ser explicada por essa perspectiva.

5.Considerações finais

A pesquisa ainda encontra-se em andamento, contudo, já se pode fazer alguns apontamentos.Tendo em vista o que foi apresentado, percebe-se que as Instituições: EMATER e UFV apresentam um peso relevante, no que se refere ao processo de deliberação no CMDRS.

Percebeu-se também, que embora as organizações EMATER e UFV possuam um forte poder de decisão, tais órgãos também proporcionam, ou melhor, buscam incentivar os membros pertencentes ao segmento da

agricultura familiar a terem uma maior participação sobre os processos de decisão. Esse incentivo se dá através da realização de dinâmicas que visam a ampliação do poder de voz dos agricultores, além de projetos de pesquisa e extensão que buscam atuar de forma positiva sobre o processo participativo do conselho. Entretanto, observa-se que as dinâmicas de participação e de deliberação podem estar centradas em relações sutis de poder, principalmente no que se refere ao poder simbólico que essas instituições exercem sobre a percepção, bem como sobre a participação dos atores no conselho.

6.Referências

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Dados, Rio de Janeiro, vol. 50, no. 3, 2007.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º encontro nacional de grupos de pesquisa- ENGRUP, São Paulo, pp, 132-150, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento econômico brasileiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, Discursos e Arenas: Notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. Sociologia & antropologia v.02.04: 129-158, 2012

CEFAÏ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: Arenas públicas: por etnografia da vida associativa- Cefai, Daniel; Mello, Marco Antônio da Silva; Mota, Fábio Reis e Veiga, Felipe Berocan (org), Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

CEFAÏ, VEIGA & MOTA. Introdução: Arenas Públicas: Por uma etnografia da vida associativa, In: Arenas públicas: por etnografia da vida associativa- Cefai, Daniel; Mello, Marco Antônio da Silva; Mota, Fábio Reis e Veiga, Felipe Berocan (org), Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.

CRESPI, Franco. Manual de sociologia da cultura, Lisboa 1997

CUNHA, Elenora S. M. A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente do nordeste. In: A participação social no nordeste- Leonardo Avritzer (org), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato. Recursos, decisão e poder: Conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. Rbcs vol.21 nº 60 fevereiro/2006

IPEA.O conselho na visão de seus conselheiros. Relatório de pesquisa do projeto conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros, Brasília,2012.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leonardo Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da política, Estudos históricos,1999.

MEDEIROS, L.S;QUINTANS,M.T.D & ZIMMERMANN, S. A. O rural e o urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Revista contemporânea ISSN:2236-532x v.4, n.1. p-117-142 jan-jun 2014

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=pt&nrm=i so>. Acesso em: 02 set. 2015.

PALMEIRA, Moacir; Heredia, Beatriz Maria Alasia de. Política ambígua.RJ. Relume- dumará. NUAP, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade, porto alegre: EDIPUCRS, 2004.

YOUNG, Íris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa in: SOUZA, Jessé (Org) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea,Brasília,2001.

